

TÉCNICO EM CONTABILIDADE

LEIA AS INSTRUÇÕES COM ATENÇÃO

- A prova terá duração de **4 horas**.
- O candidato deverá utilizar caneta esferográfica de material transparente, de **tinta preta**.
- O candidato deverá verificar se o Caderno de Questões está **completo**, sem falhas de impressão ou grampeamento. Em qualquer uma das situações citadas, comunicar e solicitar ao fiscal a devida substituição, **antes da realização da prova**.
- Durante a aplicação da prova, o candidato deverá manter na carteira, **exclusivamente** documento de identificação, caneta de material transparente de tinta preta, Cartão-Resposta e Caderno de Questões.
- O candidato deverá transcrever as respostas da prova para o Cartão-Resposta, que será o único documento válido para a correção.
- O preenchimento do Cartão-Resposta é de inteira responsabilidade do candidato, que deverá proceder conforme as instruções contidas nele e na capa do Caderno de Questões
- **Não haverá substituição** do Cartão-Resposta.
- O candidato não poderá amassar, molhar, dobrar, rasgar, manchar ou, de qualquer modo, danificar o seu cartão-resposta, sob pena de arcar com os prejuízos advindos da impossibilidade de realização do processamento eletrônico do mesmo.
- A saída do candidato será permitida decorridos 60 (sessenta) minutos do início da prova, após entregar seu Cartão-Resposta, sem levar consigo o Caderno de Questões ou algum tipo de anotação de suas respostas.
- Será permitido ao candidato levar consigo o Caderno de Questões desde que permaneça na sala até 30 minutos antes do término da prova.

Este Caderno de Provas é formado por 50 questões:

Disciplina		Peso
Língua Portuguesa	10	2
Legislação	10	2
Conhecimentos Específicos	30	2

Texto para questões de 01 a 03

Crise climática já condena uma geração inteira a nascer e viver sob condições de calor sem precedentes

No ano em que o Acordo de Paris completa 10 anos, é importante entender quais são suas metas de longo prazo e o que elas significam para esta e para as próximas gerações. A geração que fatalmente viverá suas vidas inteiras dentro deste período de calor sem precedentes na história da humanidade já tem nome: “Geração *Overshoot*”.

Para tentar garantir o sucesso do Acordo de Paris, esta geração terá a árdua missão de remover da atmosfera uma enorme quantidade de GEE (Gases do Efeito Estufa). Ainda não é claro, porém, se tecnologias para remoção de GEE existirão na escala necessária para que essa geração possa evitar um colapso climático ao final deste século.

Nessa incerteza quanto ao futuro, o conflito entre os interesses da geração atual e os interesses da geração *overshoot* é um tema que merecerá mais discussão nos próximos anos e décadas. Em um cenário otimista, se as metas do Acordo de Paris forem cumpridas, a crise climática terá sido resolvida ao final do século 21. Até lá, porém, a crise deve se agravar em meados deste século, quando muito provavelmente ocorrerá um período de “*overshoot*” (do inglês, ultrapassar). Durante esse período, a temperatura média do planeta deverá estar acima da meta proposta pelo Acordo.

O Acordo de Paris, firmado em 2015, não estabeleceu um prazo concreto para o cumprimento das metas previstas no Artigo 2, que trata de um limite aceitável para o aquecimento global: “Manter o aumento da temperatura média global bem abaixo de 2°C em relação aos níveis pré-industriais, e envidar esforços para limitar esse aumento da temperatura a 1,5°C em relação aos níveis pré-industriais, reconhecendo que isso reduziria significativamente os riscos e os impactos da mudança do clima”.

A comunidade científica, de modo geral, entende que o Acordo de Paris estipula metas para serem cumpridas até o final do século 21. Existem duas razões para visarmos um marco temporal aparentemente tão distante como esse.

A primeira é uma restrição imposta pelo sistema climático do planeta: quanto mais GEE são emitidos (especialmente o CO₂), mais a temperatura média global se eleva. Uma redução imediata das emissões de GEE, porém, não seria acompanhada de um declínio imediato da temperatura média global.

A segunda razão é uma restrição imposta por princípios de justiça. O Acordo de Paris assumiu que os países mais pobres não poderiam reduzir imediatamente as suas respectivas emissões sem comprometer o próprio desenvolvimento e a perspectiva de erradicação da pobreza. Assim, o Acordo de Paris estipulou também, no Artigo 4, que cada país poderia continuar emitindo GEE até que suas respectivas emissões atinjam, o quanto antes, um pico.

O problema, porém, é que o Acordo de Paris não estipula nenhuma “trajetória” (*pathway*) específica para o cumprimento das metas de longo prazo. Existe uma infinidade de trajetórias compatíveis com essas metas.

O melhor dos mundos possíveis é aquele em que as metas do Acordo de Paris são cumpridas. No entanto, dependendo de escolhas que se fazem hoje, o melhor dos mundos possíveis pode também significar o pior dos mundos para a geração *overshoot*, que terá de viver sob extremos climáticos sem precedentes na história da civilização.

Disponível em: <https://g1.globo.com/meio-ambiente/noticia/2025/01/20/crise-climatica-ja-condena-uma-geracao-inteira-a-nascer-e-viver-sob-condicoes-de-calor-sem-precedentes.ghhtml>. Acessado em: 27 ago. 2026.

1. Com base na compreensão denotativa do texto, ou seja, nas informações expressas de forma literal e objetiva pelo autor, é CORRETO afirmar que:

- a) O Acordo de Paris, firmado em 2015, estabeleceu datas rígidas e imediatas para o fim das emissões de gases em todos os países.
- b) A redução das emissões de gases do efeito estufa (GEE) provoca, segundo o sistema climático, um declínio instantâneo na temperatura global.
- c) O objetivo central citado do Acordo de Paris é manter o aumento da temperatura média

global bem abaixo de 2°C em relação aos níveis pré-industriais.

d) A "Geração *Overshoot*" já dispõe de todas as tecnologias necessárias, em escala global, para reverter o colapso climático até o fim deste ano.

e) O Artigo 4 do Acordo de Paris determina que os países mais pobres devem erradicar a pobreza antes de iniciarem qualquer emissão de gases.

2. No período "A geração **que fatalmente viverá suas vidas inteiras dentro deste período de calor sem precedentes na história da humanidade** já tem nome: '*Geração *Overshoot**'.", a oração destacada em negrito classifica-se sintaticamente como:

a) Oração subordinada substantiva objetiva direta, pois atua como complemento do substantivo "geração".

b) Oração subordinada adjetiva explicativa, uma vez que generaliza o conceito de geração mencionado anteriormente.

c) Oração subordinada substantiva completiva nominal, por ser termo preposicionado que completa um nome.

d) Oração subordinada adverbial causal, já que apresenta a causa para a geração já possuir um nome específico.

e) Oração subordinada adjetiva restritiva, pois delimita e especifica o sentido do substantivo "geração", sem estar isolada por vírgulas.

3. Considere as regras de regência verbal da norma-padrão aplicadas a adaptações de trechos do texto "Crise climática...":

I. No trecho "Existem duas razões para **visarmos um marco...**", o verbo foi empregado como transitivo direto. No entanto, segundo o rigor da norma culta, para o sentido de "objetivar", o verbo **visar** deve ser transitivo indireto, sendo a redação correta: "visarmos **a** um marco".

II. Se o trecho "...não seria acompanhada de um declínio..." fosse reescrito, utilizando o verbo **implicar** com sentido de "acarretar", a forma correta de acordo com a norma gramatical seria: "...não **implicaria** em um declínio".

III. Caso o autor desejasse expressar uma escolha da geração atual com o verbo **preferir**, a estrutura: "A geração atual **prefere** o desenvolvimento **ao** equilíbrio climático" estaria correta, pois esse verbo rege a preposição "a" e refuta o uso de "do que".

IV. Na frase adaptada: "A geração *overshoot* **assistirá** o colapso climático", a regência está correta, uma vez que o verbo **assistir**, no sentido de "presenciar" ou "ver", é classificado pela gramática normativa como transitivo direto.

Está(ão) CORRETA(S) apenas a(s) afirmação(ões):

- a) I e III
- b) II e IV
- c) I, II e III
- d) III e IV
- e) II e III

Texto para a questão 04

Fui ter com Virgília; bem depressa esqueci o Quincas Borba. Virgília era o travesseiro do meu espírito, um travesseiro mole, tépido, aromático, enfronhado em cambraia e bruxelas. Era ali que ele costumava repousar de todas as sensações más, simplesmente enfadonhas, ou até dolorosas. E, bem pesadas as coisas, não era outra a razão da existência de Virgília; não podia ser. Cinco minutos bastaram para olvidar inteiramente o Quincas Borba; cinco minutos de uma contemplação mútua, com as mãos presas umas nas outras; cinco minutos e um beijo. E lá se foi a lembrança do Quincas Borba... Escrófula da vida, andrajo do passado, que me importa que exista, que molestes os olhos dos outros, se eu tenho dois palmos de um travesseiro divino, para fechar os olhos e dormir?

ASSIS, Machado de. *Memórias Póstumas de Brás Cubas*. São Paulo: Ática, 2002.

4. Em qual das alternativas o personagem Brás Cubas faz uma afirmação em sentido metafórico?

- a) “Fui ter com Virgília”
- b) “bem depressa esqueci o Quincas Borba”
- c) “Virgília era o travesseiro do meu espírito”
- d) “Cinco minutos bastaram para olvidar inteiramente o Quincas Borba”
- e) “Cinco minutos de uma contemplação mútua, com as mãos presas umas nas outras”

Texto para as questões 05 e 06

À esquerda do Rio Doce, 11 de setembro de 2020.

Amigos,

Percebi, antes de começar a escrever essas palavras, que se aproxima a primavera. Estamos chegando ao momento do esteio do céu. Decidi, então, escrever esta carta para falar com vocês sobre o Bem Viver, para quem acredita que cantando é possível suspender o céu, para quem acredita que o modo como vivemos e o mundo onde vivemos é recriado a toda hora. Para além da nossa capacidade de descrever a vida, quero aqui falar da vida como um evento que acontece de dentro de tudo, o tempo todo.

Escrevo, então, para nosso Taru, nosso céu, e para quem acredita que pode suspendê-lo nesse tempo primaveril de proximidade com a terra.

Nossos ancestrais cantavam para suspender o céu. Com esse canto, a cura também chega. Esse é um dos poderes que nossos ancestrais nos passaram: uma prática de comunhão da terra com o céu, por isso a terra é a nossa mãe.

Disponível em: <https://cartasindigenasaobrasil.com.br>
Acesso em: 17 ago. 2026

5. No primeiro parágrafo, lê-se a seguinte afirmação: “Percebi, antes de começar a escrever essas palavras, que se aproxima a primavera.” O sentido, a correção e a coerência desse período estão mantidos em qual alternativa?

- a) Antes de dar início à escrita dessas palavras, percebi a aproximação da primavera.
- b) No momento que escrevia essas palavras, percebi o quão se aproximava a primavera.
- c) Por escrever essas palavras, percebi que se aproximava a primavera.
- d) A primavera se aproximava à medida em que escrevia essas palavras.
- e) Simultaneamente à escrita dessas palavras, a aproximação dessas palavras ficou perceptível.

6. “Decidi escrever esta carta ... para quem acredita que cantando é possível suspender o céu, para quem acredita que o modo como vivemos e o mundo onde vivemos é recriado a toda hora”. Nessa afirmação, o autor recorre, predominantemente, ao seguinte recurso expressivo:

- a) comparação
- b) metáfora
- c) prosopopeia
- d) antítese
- e) pleonismo

Texto para as questões 07 a 10

Desaprender é vital

Para o CEO do WhatsApp no Brasil, Guilherme Horn, as empresas não devem ter medo de errar ao adotarem ferramentas de IA em seus processos.

Inteligência Artificial é a expressão da moda em diversos setores, mas será que as companhias brasileiras estão prontas para a implantação de automação por meio dessa tecnologia em suas práticas do dia a dia? O CEO do WhatsApp no Brasil, Guilherme Horn, usou o seu conhecimento na área para escrever o livro “Mindset de IA” (Ed. Gente), no qual aponta que, mais do que mudanças operacionais, as empresas precisam mudar de mentalidade para não ficarem para trás e obterem

sucesso quando o assunto é automação e o uso das IAs generativas. Para ele, as corporações precisam se permitir errar com a IA.

“Os profissionais precisarão desaprender muitas das práticas que utilizaram até hoje e reaprender a extrair o verdadeiro potencial da tecnologia, entendendo como pode gerar valor contínuo para os processos e para o conhecimento da organização. A IA pensa, mas a decisão final e a responsabilidade continuam sendo humanas. É fundamental não ter medo de falhar e não reprimir os erros dentro da empresa”, afirma Horn.

O que o seu livro traz de diferente do que vem sendo debatido sobre IA nas empresas?

O grande diferencial está em focar no modelo mental (mindset) necessário para a implementação da IA, em vez de tratar o tema apenas como a adoção de uma nova ferramenta técnica. Em vez de se concentrar na simples operação de plataformas, o debate deve ser o que os líderes, executivos e empreendedores precisam desaprender de suas vivências passadas e o que devem reaprender para lidar com essa inovação.

O principal objetivo do livro é ensinar como compreender o verdadeiro potencial da tecnologia para gerar valor real para o negócio, para os processos internos e para o conhecimento acumulado da organização. O sucesso com a IA não se resume a implementar ou adotar um sistema tecnológico, mas sim a uma necessidade profunda de transformar todo o negócio por meio da adoção de uma mentalidade adequada para usufruir de verdade de tudo o que essa tecnologia tem a oferecer.

Muitos empresários e executivos ainda temem o uso de IA em processos mais elaborados nas empresas. O que você diria para essas pessoas?

Executivos e empresários devem encarar o erro nessa implementação como uma parte absolutamente essencial do processo de experimentação com a Inteligência Artificial. Não devem ter medo de estimular ao máximo que as equipes experimentem a tecnologia. É fundamental não ter medo de falhar e não reprimir os erros dentro da empresa. O próprio Elon Musk [fundador da Tesla e da Space X, entre outros negócios, e primeiro financiador da OpenAI] comemorou a explosão de um de seus foguetes justamente pelo conhecimento valioso extraído daquele evento.

À medida que a empresa treina e aprende com os próprios erros, ela adquire um ganho muito grande de maturidade. Os líderes precisam aceitar esse trade-off e entender que é natural testar diversas abordagens que talvez não tragam retorno financeiro imediato ou que acabem sendo descartadas mais tarde, mas apenas passando por essa fase prática é possível descobrir se realmente vale a pena usar a IA em determinados processos. Cultivar a experimentação contínua e a tolerância à falha é o conselho central para criar o modelo mental adequado e bem-sucedido na adoção dessa tecnologia. Mas claro que o elemento humano vai continuar sendo muito importante, porque a IA pensa, mas é o ser humano que decide. Assim como uma pessoa não deve seguir um aplicativo de rotas cegamente para dentro de uma área perigosa da cidade, as empresas precisam manter o controle final e a responsabilidade de avaliar as decisões da máquina. Essa habilidade é muito mais permanente do que as ferramentas em si.

Disponível em: <https://revista.istoe.com.br/wp-content/uploads/sites/30/2026/05/IstoE-Edicao-36.pdf>. Acesso em 16 ago. 2026.

7. No trecho “A decisão final e a responsabilidade continuam sendo humanas”, o adjetivo “humanas”:

- a) Concorda apenas com o substantivo “decisão”, tendo, portanto, que ser flexionado no feminino plural.
- b) Concorda apenas com o substantivo “responsabilidade”, por isso aparece flexionado no feminino plural.
- c) Concorda com os dois substantivos coordenados: “decisão” e “responsabilidade”, podendo, por esse motivo, ser flexionado no feminino plural, conforme está no texto.
- d) Concorda com a forma verbal “continuam”, por esse motivo aparece flexionado no feminino plural.
- e) Está no feminino plural por exigência da linguagem culta empregada no texto, no entanto poderia adequadamente estar no feminino singular, uma vez que tanto “decisão” quanto “responsabilidade” estão no singular.

8. No trecho “Cultivar a experimentação contínua e a tolerância à falha é o conselho central para criar o modelo mental adequado e bem-sucedido na adoção dessa tecnologia”, a palavra “contínua” aparece acentuada.

Sobre a acentuação dessa palavra, analise as afirmações a seguir e assinale a alternativa CORRETA.

I. De acordo com ortografia vigente, a palavra contínua é escrita sem acentuação.

II. A palavra contínua está acentuada perfeitamente no contexto acima, embora exista a ocorrência de continua (sem acento).

III. Contínua (com acento) é o único registro aceitável do ponto de vista gramatical, no contexto acima.

IV. O registro da palavra continua (sem acento) é previsto na ortografia da língua portuguesa, mas altera completamente o sentido, além de comprometer a estrutura sintática do trecho.

- a) Apenas o item II está correto.
- b) Apenas os itens II e III estão corretos.
- c) Apenas o item III está correto.
- d) Apenas o item IV está correto.
- e) Estão corretos, apenas, os itens II, III e IV.

9. Observe o trecho e analise as afirmações.

“O sucesso com a IA não se resume a implementar ou adotar um sistema tecnológico, mas sim a uma necessidade profunda de transformar todo o negócio por meio da adoção de uma mentalidade adequada para usufruir de verdade de tudo o que essa tecnologia tem a oferecer”

I. As quatro ocorrências de “a” no trecho se dão pela mesma explicação.

II. Em “a implementar” e “a oferecer”, a construção gramatical da língua segue a mesma lógica linguística.

III. “A uma necessidade” fere a construção da norma culta da língua que, nesse caso, deveria ser “à necessidade”.

Está(ão) CORRETAMENTE analisado(s) o(s) item(ns):

- a) I, apenas.
- b) II, apenas.
- c) III, apenas.
- d) I e II, apenas.
- e) I e III, apenas.

10. No trecho “**À medida que** a empresa treina e aprende com os próprios erros, ela adquire um ganho muito grande de maturidade”, a expressão destacada, além de funcionar como elemento de coesão, estabelecendo relação de conexão com o período anterior, organiza as ideias do texto, atribuindo valores semânticos.

A expressão destacada “à medida que”:

- a) trata-se de um advérbio, estabelecendo uma relação de causa com a oração seguinte.
- b) funciona como locução verbal e indica a ação de avaliar o crescimento da empresa.
- c) “constitui uma locução prepositiva e estabelece uma relação de finalidade entre “treina” e “adquire”.
- d) é uma locução conjuntiva, estabelecendo, no contexto, uma relação de proporcionalidade entre o treinamento/aprendizagem da empresa e seu ganho de maturidade.
- e) funciona como locução adverbial, estabelecendo a ideia de tempo entre o processo de aprendizagem e ganho de maturidade.

11. Um servidor público federal, ocupante de cargo efetivo, solicitou seu deslocamento para acompanhar o cônjuge, que havia sido removido por interesse da Administração Pública.

Com base no que dispõe a Lei nº. 8.112/1990, assinale a alternativa que indica a hipótese de deslocamento do servidor, a pedido ou de ofício, no âmbito do mesmo quadro, com ou sem mudança de sede:

- a) Exoneração.
- b) Readaptação.
- c) Recondição.
- d) Redistribuição.
- e) Remoção.

12. Joana, servidora do Instituto Federal do Piauí, atua no setor de controle acadêmico, lidando diretamente com o atendimento ao público. Certo dia, um candidato aprovado no vestibular compareceu ao setor para realizar a sua matrícula institucional. Como a fila estava longa e o sistema informatizado apresentou lentidão, Joana decidiu não atender ao cidadão naquele momento, instruindo-o a aguardar por mais de quatro horas sem fornecer informações sobre a previsão de atendimento, argumentando internamente que o atraso era decorrente de falha técnica e não de conduta pessoal. Posteriormente, o cidadão descobriu que a lentidão do sistema ocorria porque os servidores do órgão estavam utilizando a internet e os computadores para realizar atividades particulares.

À luz do Decreto nº. 1.171/1994, assinale a alternativa CORRETA sobre o caso narrado:

- a) A atitude de Joana não caracteriza infração ética, uma vez que a lentidão do sistema configurou motivo de força maior, isentando a Administração e a servidora de qualquer responsabilidade moral ou danos ao usuário.
- b) O ato de deixar qualquer pessoa à espera de solução que dependa do setor em que

exerce suas funções caracteriza grave dano moral aos usuários dos serviços públicos, além de constituir fator de desmoralização do serviço público.

c) As vedações éticas do Decreto nº. 1.171/1994 aplicam-se exclusivamente à omissão da verdade e ao desvio de verbas, não abrangendo o uso de equipamentos ou tempo de serviço para fins particulares.

d) A Comissão de Ética do Ministério, ao tomar conhecimento do fato, poderá aplicar aos servidores envolvidos a penalidade de suspensão preventiva das funções pelo prazo de 30 dias.

e) Caso Joana opte por ocultar a verdade do cidadão para evitar pânico ou tumulto na repartição, sua conduta será respaldada pelo princípio da eficiência e do interesse público imediato.

13. Marcos é servidor público federal em um órgão de fiscalização sanitária. Durante a análise do processo de autorização de um grande empreendimento comercial, seu superior hierárquico ordenou verbalmente que Marcos aprovasse o relatório sem realizar a vistoria técnica obrigatória no local, alegando que "a empresa é parceira estratégica da região e a burocracia excessiva atrasaria os investimentos locais". Marcos sabe que a dispensa dessa vistoria descumpra as normas técnicas da repartição, mas teme sofrer retaliações ou ser punido por insubordinação caso desobedeça à ordem do chefe.

Com base nas disposições do Decreto nº. 1.171/1994 (Código de Ética do Servidor Público Federal), assinale a alternativa que indica a conduta ética CORRETA que Marcos deve adotar:

- a) Cumprir prontamente a ordem do superior e assinar a liberação do documento, haja vista que o princípio da hierarquia administrativa isenta o subordinado de qualquer responsabilidade ética ou funcional.
- b) Aprovar o relatório sem a vistoria técnica, pois o código de ética priorizou o desenvolvimento

socioeconômico e o bem-comum em detrimento de trâmites burocráticos internos.

c) Negar-se a cumprir a ordem ilegal e representar contra o comprometimento ético do superior hierárquico, respeitando a hierarquia sem ter temor de denunciar os desvios de conduta.

d) Solicitar a sua exoneração do cargo, uma vez que o Decreto nº. 1.171/1994 proíbe expressamente que o servidor discorde formalmente ou reporte condutas atípicas impostas por seus superiores.

e) Cumprir a ordem verbal e, em seguida, recorrer à Comissão de Ética do órgão para requerer a demissão do seu superior por improbidade administrativa.

14. Júlio ingressou no IFPI para cursar ensino médio técnico integrado em eletrotécnica. Após a finalização do curso, realizou vestibular e foi aprovado no curso de Engenharia Elétrica no mesmo campus onde já havia estudado. Seus planos incluem fazer uma pós-graduação na área, se possível na Instituição, pois recentemente foi veiculada a notícia de que o campus passaria por um processo de expansão para poder ofertar novos cursos e turmas.

Diante da situação hipotética, é CORRETO afirmar que a trajetória acadêmica de Júlio, de acordo com a Lei nº. 11.892/08, foi possível em razão de finalidades e características dos Institutos Federais, dentre as quais destaca-se diretamente:

a) Desenvolver apenas a educação profissional como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais.

b) Promover a integração e a verticalização da educação básica à educação profissional e educação superior, otimizando a infraestrutura física, os quadros de pessoal e os recursos de gestão.

c) Desenvolver programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica.

d) Promover a produção, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias sociais, notadamente as voltadas à preservação do meio ambiente.

e) Qualificar-se como centro de referência no apoio à oferta do ensino de ciências nas instituições públicas de ensino, oferecendo capacitação técnica e atualização pedagógica aos docentes das redes públicas de ensino.

15. Sobre as garantias que o Estado deve efetivar para a oferta na educação escolar pública do ensino educacional especializado, de acordo com o previsto na Lei nº. 9.394/96 (LDB), assinale a alternativa CORRETA.

a) Atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, transversal a todos os níveis, etapas e modalidades, preferencialmente na rede regular de ensino.

b) Atendimento educacional especializado gratuito apenas aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, transversal a todos os níveis, etapas e modalidades, preferencialmente na rede regular de ensino.

c) Atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, transversal a todos os níveis, etapas e modalidades, obrigatoriamente na rede regular de ensino.

d) Atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, exclusivamente nos níveis, etapas e modalidades de ensino da rede federal, preferencialmente na rede regular de ensino.

e) Atendimento educacional especializado gratuito exclusivamente aos educandos com deficiência, altas habilidades ou superdotação, transversal a todos os níveis, etapas e modalidades, obrigatoriamente na rede regular de ensino.

16. Sobre a estrutura organizacional do Instituto Federal do Piauí, de acordo com o previsto na Lei nº. 11.892/2008, assinale a alternativa CORRETA.

- a) O Instituto Federal é multicampi, com proposta orçamentária anual identificada para cada campus e a reitoria, exceto no que diz respeito a pessoal, encargos sociais e benefícios aos servidores.
- b) A administração dos Institutos Federais terá como órgãos superiores o Colégio de Dirigentes e o Conselho Superior, todos presididos por membros eleitos entre os pares.
- c) O Colégio de Dirigentes, de caráter consultivo e deliberativo, será composto pelo Reitor, pelos Pró-Reitores e pelo Diretor-Geral de cada um dos campi que integram o Instituto Federal.
- d) O Conselho Superior, de caráter consultivo e deliberativo, será composto exclusivamente por representantes dos docentes, dos estudantes, dos servidores técnico-administrativos, dos egressos da instituição.
- e) Poderão candidatar-se ao cargo de Reitor os docentes e servidores técnico-administrativos em educação pertencentes ao Quadro de Pessoal Ativo Permanente de qualquer dos campi que integram o Instituto Federal.

17. A Lei nº. 15.211/2025 estabelece os fundamentos para utilização de produtos ou serviços de tecnologia da informação por crianças e adolescentes.

Com base no referido Estatuto Digital, assinale a alternativa que indica um dos fundamentos previstos no artigo 4º.

- a) A promoção da educação digital, com foco no desenvolvimento da cidadania e do senso crítico para o uso seguro e responsável da tecnologia.
- b) Oferecer sistemas e processos projetados para impedir que crianças e adolescentes encontrem, por meio do produto ou serviço, conteúdos ilegais e pornográficos, bem como

outros conteúdos manifestamente inadequados à sua faixa etária, conforme as normas de classificação indicativa e a legislação aplicável.

- c) Realizar gerenciamento de riscos de seus recursos, funcionalidades e sistemas e de seus impactos direcionados à segurança e à saúde de crianças e de adolescentes.
- d) Realizar avaliação do conteúdo disponibilizado para crianças e adolescentes de acordo com a faixa etária, para que seja compatível com a respectiva classificação indicativa.
- e) Tomar medidas razoáveis com o objetivo de prevenir e mitigar riscos de acesso, exposição, recomendação ou facilitação de contato com indução, incitação, instigação ou auxílio, por meio de instruções ou orientações, a práticas ou comportamentos que levem a danos à saúde física ou mental de crianças e de adolescentes, tais como violência física ou assédio psicológico a outras crianças e adolescentes, uso de substâncias que causem dependência química ou psicológica, autodiagnóstico e automedicação, automutilação e suicídio.

18. A Lei nº. 9.784/1999, que estabelece normas básicas sobre o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, assegura aos administrados diversos direitos no curso do processo.

Com base nas disposições da referida Lei, e suas alterações posteriores, assinale a alternativa que apresenta CORRETAMENTE um dos direitos assegurados aos administrados.

- a) Agir de modo temerário, quando houver risco de decisão de dano irreversível.
- b) Expor os fatos conforme a verdade, quando não houver risco de dano irreversível, e prestar as informações que lhes forem solicitadas e colaborar para o esclarecimento dos fatos.
- c) Fazer-se assistir, obrigatoriamente, por advogado, inclusive nos casos de representação, por força de lei.
- d) Formular alegações e apresentar documentos novos, mesmo após a decisão, os

quais serão objeto de consideração pelo órgão competente, tendo em vista o direito a ampla defesa.

e) Ser tratado com respeito pelas autoridades e servidores, que deverão facilitar o exercício de seus direitos e o cumprimento de suas obrigações.

19. A resolução normativa CONSUP/OSUPCOL/REI/IFPI nº. 253, de 22 de dezembro de 2025, estabelece que o Instituto Federal do Piauí, atendendo ao disposto na Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, no decreto nº. 5.154, de 23 de julho de 2004, na Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, poderá oferecer cursos nos diferentes níveis e modalidades de ensino.

Com base nas disposições contidas na Organização Didática sobre a oferta de cursos, é CORRETO afirmar que:

a) A educação superior, destinada aos egressos do ensino médio ou equivalente que tenham sido classificados em processo seletivo, deverá possibilitar ao indivíduo uma formação integral, tornando-o um sujeito crítico-reflexivo e apto para o mundo do trabalho.

b) A Educação a Distância (EAD), voltada para cursos de pós-graduação lato sensu, é uma modalidade educativa que enfatiza a autoaprendizagem, com mediação docente, tutorial e de recursos didáticos sistematicamente organizados, apresentados em diferentes meios tecnológicos de informação e de comunicação, utilizados isoladamente ou combinados, veiculados pelos diversos meios de comunicação.

c) A educação profissional técnica de nível médio será desenvolvida de forma independente e isolada em relação ao ensino médio, observados os objetivos contidos nas Diretrizes Curriculares Nacionais definidas pelo Conselho Nacional de Educação para o Ensino Médio e os referenciais contidos no Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos para a Educação Profissional;

d) Os cursos de pós-graduação, compreendendo exclusivamente programas de mestrado e doutorado, abertos a candidatos diplomados em cursos superiores

e que atendam às exigências das instituições de ensino, destinam-se aos cidadãos que pretendem ampliar seus conhecimentos em uma área específica ou em outras que tenham afinidades com a sua formação profissional, submetendo-se à legislação própria do ensino superior.

e) Os cursos ofertados na modalidade de Educação a Distância deverão adotar base curricular diversa dos cursos presenciais equivalentes ofertados no âmbito do IFPI, garantindo equivalência formativa e a mesma certificação. O Projeto Político-Pedagógico do Curso (PPC), entretanto, deverá ser específico para a modalidade, contemplando as particularidades pedagógicas, metodológicas, tecnológicas e organizacionais próprias da Educação a Distância.

20. Platão, servidor público do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, nível de classificação D, pretende obter a sua primeira aceleração da progressão funcional por capacitação no Instituto Federal Alfa. Para tanto, após cinco anos de efetivo exercício, apresentou pedido formal junto ao setor responsável da instituição, anexando certificados de cursos de capacitação que somam 135 horas (um certificado com 90 horas, um certificado de 20 e o terceiro certificado contando 25 horas).

De acordo com as disposições da Lei nº. 11.091/2005 e de suas alterações posteriores, é CORRETO afirmar que:

a) Platão terá direito à aceleração da progressão por capacitação, tendo em vista o transcorrer do interstício de cinco anos de efetivo exercício e o cumprimento da carga horária mínima exigida de 120 horas para o nível de classificação D.

b) Platão terá direito à aceleração da progressão por capacitação, tendo em vista o transcorrer do interstício de cinco anos de efetivo exercício e o cumprimento da carga horária mínima exigida de 100 horas para o nível de classificação D.

c) Platão não terá direito à aceleração da progressão por capacitação, pois a lei proíbe a

utilização de múltiplos certificados para somar a carga horária exigida no ciclo.

d) Platão não terá direito à aceleração da progressão por capacitação, apesar do transcorrer do interstício de cinco anos de efetivo exercício, pois não teria cumprido a carga horária mínima de 200 horas em certificação em programa de capacitação.

e) Platão não terá direito à aceleração da progressão por capacitação, apesar do transcorrer do interstício de cinco anos de efetivo exercício, pois a lei veda expressamente o aproveitamento de cursos com carga horária inferior a 40 (quarenta) horas-aula.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

21. Segundo o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) representa uma das maiores conquistas da Contabilidade Aplicada ao Setor Público e permitiu diversas inovações.

Assinale a alternativa que apresenta CORRETAMENTE uma dessas inovações:

- a) Segregação das informações orçamentárias e patrimoniais: no PCASP as contas contábeis são classificadas segundo a natureza das informações que evidenciam – orçamentária, patrimonial e de controle, de modo que os registros orçamentários não influenciem ou alterem os registros patrimoniais, e vice-versa.
- b) Registro dos atos que afetam o patrimônio público segundo o regime de caixa: as variações patrimoniais aumentativas (VPA) e as variações patrimoniais diminutivas (VPD) registram as transações que aumentam ou diminuem o patrimônio líquido, devendo ser reconhecidas nos períodos a que se referem, segundo seu fato gerador, sejam elas dependentes ou independentes da execução orçamentária.
- c) Registro dos atos que afetam o patrimônio público segundo o regime de competência: as variações patrimoniais aumentativas (VPA) e as variações patrimoniais diminutivas (VPD) registram as transações que aumentam ou diminuem o patrimônio líquido, devendo ser reconhecidas nos períodos a que se referem, segundo seu fato gerador, somente as dependentes da execução orçamentária.
- d) Registro de procedimentos contábeis gerais em observância apenas às normas nacionais, como as provisões, os créditos tributários, os estoques, os ativos imobilizados e intangíveis, dentre outros.
- e) Não se incluem os procedimentos de mensuração após o reconhecimento, tais como a reavaliação, a depreciação, a amortização, a exaustão e a redução ao valor recuperável (impairment), dentre outros.

22. Segundo a NBC TSP Estrutura Conceitual (R1), para fins de prestação de contas e

responsabilização (*accountability*) e tomada de decisão, os usuários dos serviços e os provedores de recursos necessitam de informações que possam dar suporte à avaliação de questões como:

I. O desempenho da entidade durante o exercício como, por exemplo, em satisfazer a sua prestação de serviços e outros objetivos operacionais e financeiros;

II. A liquidez e a solvência da entidade;

III. A sustentabilidade da prestação de serviços pela entidade e de outras operações em longo prazo, e as mudanças decorrentes como resultado das atividades da entidade durante o exercício.

Assinale a alternativa CORRETA:

- a) Todas as alternativas estão corretas.
- b) Apenas a alternativa I está correta.
- c) Apenas II e III estão corretas.
- d) Apenas I e III estão corretas.
- e) Apenas III está correta.

23. De acordo com a Lei nº. 4.320/1964, que estatui normas gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos estados, dos municípios e do Distrito Federal, a receita classifica-se, quanto às categorias econômicas: Receitas Correntes e Receitas de Capital.

Assinale a alternativa que apresenta CORRETAMENTE uma definição de Receitas Correntes:

- a) São Receitas Correntes as receitas tributária, de contribuições, patrimonial, agropecuária, industrial, de serviços e outras e, ainda, as provenientes de recursos financeiros recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, quando destinadas a atender despesas classificáveis em Despesas Correntes.
- b) São Receitas Correntes as provenientes

da realização de recursos financeiros oriundos de constituição de dívidas; da conversão, em espécie, de bens e direitos; os recursos recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, destinados a atender despesas classificáveis em Despesas de Capital e, ainda, o *superavit* do Orçamento Corrente.

c) São Receitas de Capital as receitas tributária, de contribuições, patrimonial, agropecuária, industrial, de serviços e outras e, ainda, as provenientes de recursos financeiros recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, quando destinadas a atender despesas classificáveis em Despesas Correntes.

d) São Receitas de Capital as provenientes da realização de recursos financeiros oriundos de constituição de dívidas; da conversão, em espécie, de bens e direitos; os recursos recebidos de outras pessoas apenas de direito público, destinados a atender despesas classificáveis em Despesas de Capital e, ainda, o *superavit* do Orçamento Corrente.

e) São Receitas de Capital as provenientes da realização de recursos financeiros oriundos de constituição de dívidas; da conversão, em espécie, de bens e direitos; os recursos recebidos de outras pessoas apenas de direito público, destinados a atender despesas classificáveis em Despesas Correntes e, ainda, o *superavit* do Orçamento Corrente.

24. Segundo a Lei nº. 4320/64, que Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos estados, dos municípios e do Distrito Federal, os créditos adicionais são as autorizações de despesas não computadas ou insuficientemente dotadas na Lei de Orçamento.

De acordo com a referida Lei, os créditos adicionais classificam-se em:

I. Suplementares, os destinados a reforço de dotação orçamentária.

II. Especiais, os destinados a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica.

III. Extraordinários, os destinados a despesas urgentes e imprevistas, em caso de guerra, comoção intestina ou calamidade pública.

Assinale a alternativa CORRETA:

- a) Todas as alternativas estão corretas.
- b) Apenas I e II estão corretas.
- c) Apenas II e III estão corretas.
- d) Apenas II está correta.
- e) Apenas III está correta.

25. Segundo a Lei complementar nº. 101/2000, que trata da lei de responsabilidade fiscal, integrará no projeto de lei de diretrizes orçamentárias o anexo de Metas Fiscais, em que serão estabelecidas metas anuais, em valores correntes e constantes, relativas a receitas, despesas, resultados nominal e primário e montante da dívida pública. O Anexo de metas fiscais conterá:

I. Avaliação do cumprimento das metas relativas ao ano anterior.

II. Demonstrativo das metas anuais, instruído com memória e metodologia de cálculo que justifiquem os resultados pretendidos, comparando-as com as fixadas nos três exercícios anteriores, e evidenciando a consistência delas com as premissas e os objetivos da política econômica nacional.

III. Evolução do patrimônio líquido, também nos últimos dois exercícios, destacando a origem e a aplicação dos recursos obtidos com a alienação de ativos.

IV. Avaliação da situação financeira e atuarial dos regimes geral de previdência social e próprio dos servidores públicos e do Fundo de Amparo ao Trabalhador e dos demais fundos públicos e programas estatais de natureza atuarial.

Assinale a alternativa CORRETA:

- a) Todas as alternativas estão corretas.
- b) Apenas I, II e III estão corretas.
- c) Apenas I, II e IV estão corretas.
- d) Apenas II e III estão corretas.
- e) Apenas III e IV estão corretas.

26. Os Princípios Orçamentários visam estabelecer diretrizes norteadoras básicas, a fim de conferir racionalidade, eficiência e transparência

para os processos de elaboração, execução e controle do orçamento público.

Sobre os princípios, faça a correspondência.

1. EXCLUSIVIDADE
2. ORÇAMENTO BRUTO
3. PUBLICIDADE
4. LEGALIDADE

() A LOA não conterá dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa. Ressalvam-se dessa proibição a autorização para abertura de crédito suplementar e a contratação de operações de crédito, nos termos da lei.

() Princípio básico da atividade da Administração Pública no regime democrático que está previsto no caput do art. 37 da Magna Carta de 1988. Justifica-se especialmente pelo fato de o orçamento ser fixado em lei, sendo esta a que autoriza aos poderes a execução de suas despesas.

() Cabe ao Poder Público fazer ou deixar de fazer somente aquilo que a lei expressamente autorizar, ou seja, subordina-se aos ditames da lei.

() Obriga registrarem-se receitas e despesas na LOA pelo valor total e bruto, vedadas quaisquer deduções.

Considerando os princípios relacionados, assinale a alternativa que apresenta a correspondência CORRETA entre os princípios e suas respectivas características.

- a) 1, 2, 3, 4
- b) 1, 4, 2, 3
- c) 1, 3, 4, 2
- d) 2, 1, 3, 4
- e) 2, 3, 4, 1

27. A Distribuidora Vitória Ltda, em 08/07/2026, efetuou um pagamento de um boleto bancário com débito em conta corrente no Banco do Brasil S/A, referente a uma aquisição de mercadoria a prazo, para revenda, que aconteceu em 19/06/2026, no

valor de R\$ 7.900,00. Como a empresa pagou a duplicada antes do vencimento, obteve um desconto financeiro por esse motivo.

Ao realizar o registro contábil desse fato, o técnico em contabilidade poderá efetuar a escrituração por meio de um único lançamento contábil, utilizando-se da seguinte fórmula:

- a) Primeira fórmula, com 1 (uma) conta devedora e (1) uma conta credora.
- b) Segunda fórmula, com 1 (uma) conta devedora e (2) duas contas credoras.
- c) Terceira fórmula, com 2 (duas) contas devedoras e 1 (uma) conta credora.
- d) Quarta fórmula, com 3 (três) contas devedoras e 1 (uma) conta credora.
- e) Terceira fórmula, com 1 (uma) conta devedora e 3 (três) contas credoras.

28. No processo de execução da receita pública, existem etapas que devem ser observadas até que os recursos arrecadados sejam efetivamente recolhidos aos cofres públicos.

Considerando a ordem em que esses estágios normalmente ocorrem, assinale a alternativa que apresenta a sequência CORRETA.

- a) Lançamento, previsão, recolhimento e arrecadação.
- b) Lançamento, previsão, arrecadação e recolhimento.
- c) Previsão, lançamento, recolhimento e arrecadação.
- d) Previsão, lançamento, arrecadação e recolhimento.
- e) Arrecadação, lançamento, previsão e recolhimento

29. A empresa Comercial e Borges Ltda. adquiriu a prazo 400 latas de 18 litros cada unidade de um produto solvente para adicionar a tinta, diretamente do fabricante, para revenda. O custo unitário de cada produto foi de R\$ 150,00, com incidência de 15% de IPI e 22% de ICMS. O produto foi revendido ao preço unitário de R\$ 250,00.

O técnico em contabilidade deverá escriturar o débito da conta contábil Estoque de mercadorias o valor de:

- a) R\$ 58.300,00
- b) R\$ 55.800,00
- c) R\$ 69.000,00
- d) R\$ 51.000,00
- e) R\$ 37.800,00

30. Ao elaborar a folha de pagamento referente ao período 07/2026, a empresa Lemos & Silveira Ltda apresentou os seguintes eventos e valores:

Salários e ordenados	R\$ 86.000,00
Horas extras	R\$ 3.400,00
Comissões	R\$ 4.800,00
Salário-maternidade	R\$ 2.900,00
Imposto de renda retido na fonte	R\$ 7.100,00
Salário-família	R\$ 800,00
Provisões de Férias e 13º Salário	R\$ 22.700,00
Adiantamento de salários	R\$ 37.200,00
INSS contribuição segurados	R\$ 8.400,00
INSS contribuição patronal	R\$ 27.100,00
FGTS	R\$ 7.600,00

De acordo com as informações, desconsiderando qualquer outra forma de tributação, pode-se dizer que as despesas efetivamente contabilizadas no período 07/2026 serão de:

- a) R\$ 160.000,00
- b) R\$ 151.600,00
- c) R\$ 154.500,00
- d) R\$ 188.800,00
- e) R\$ 152.400,00

31. Considerando as disposições constitucionais relacionadas ao ciclo orçamentário e à organização financeira do Poder Público, assinale a alternativa CORRETA.

- a) A iniciativa para elaboração e encaminhamento do Projeto de Lei Orçamentária Anual – PLOA ao Poder Legislativo compete ao Congresso Nacional, responsável também por sua apresentação ao Poder Executivo.
- b) A Constituição Federal assegura ao Poder Judiciário autonomia administrativa e financeira, garantindo as condições necessárias para o exercício, independente de suas funções.
- c) Durante a apreciação do Projeto de Lei Orçamentária Anual pelo Poder Legislativo, não é admitida a apresentação de emendas ao texto encaminhado pelo Poder Executivo.
- d) A elaboração e a consolidação do Projeto de Lei Orçamentária Anual da União constituem atribuições do Ministério da Fazenda, por intermédio da Secretaria do Tesouro Nacional.
- e) A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial dos órgãos e entidades públicas é exercida pelo Poder Judiciário, por meio dos respectivos Tribunais de Contas.

32. A receita orçamentária passa por etapas até que os recursos sejam efetivamente disponibilizados ao Poder Público. Entre essas etapas estão a previsão, a arrecadação e o recolhimento, que possuem funções diferentes dentro da execução da receita.

Com base nesses conceitos, analise as afirmativas e assinale a alternativa CORRETA.

- I. A arrecadação é a etapa em que são estimados os valores que deverão entrar nos cofres públicos, levando em conta os recursos que poderão ser obtidos durante o exercício financeiro.
- II. O recolhimento ocorre quando o contribuinte ou outro responsável pelo pagamento entrega o valor devido diretamente ao agente arrecadador. Nesse momento, considera-se concluído o processo de arrecadação do recurso.
- III. A previsão da receita corresponde à estimativa dos valores que o governo espera arrecadar durante o exercício financeiro. Para chegar a

essa estimativa, devem ser utilizados critérios e métodos adequados, de acordo com as regras estabelecidas pela Lei Complementar nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal.

Está CORRETO o que se afirma apenas em:

- a) III.
- b) I.
- c) I e III.
- d) II.
- e) II e III.

33. O Balanço Patrimonial e a Demonstração do Resultado do Exercício da Cia. Modelo V Comercial foram elaborados, em 31/12/X5, com base na relação das contas e saldos mencionados abaixo:

Bancos e Aplicações Financeiras	R\$ 800,00
Estoque de Mercadorias	R\$ 2.480,00
Duplicatas a Receber	R\$ 1.600,00
Móveis ,Utensílios e Instalações	R\$ 8.000,00
Depreciação Acumulada	R\$ 720,00
Títulos a Receber a Longo Prazo	R\$ 800,00
Fornecedores	R\$ 4.600,00
Duplicatas a Pagar	R\$ 1.000,00
Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	R\$ 1.720,00
Capital Social	R\$ 5.600,00
Lucros Acumulados	R\$ 400,00
Vendas de Mercadorias	R\$ 20.480,00
Compras de Mercadorias	R\$ 12.640,00

Despesas Administrativas R\$ 4.500,00

Despesas Financeiras R\$ 1.950,00

Encargos de Depreciação R\$ 680,00

Levando em consideração que o estoque final de mercadoria foi avaliado em 31/12/X5 em R\$ 3.120,00 e que não houve impactos da legislação fiscal, nem qualquer distribuição de lucros, podemos afirmar que as demonstrações financeiras evidenciarão:

- a) R\$ 37.500,00 de saldos credores
- b) R\$ 1.350,00 de lucro líquido do período
- c) R\$ 9.200,00 de vendas líquidas
- d) R\$ 7.590,00 de patrimônio bruto
- e) R\$ 5.670,00 de ativo imobilizado

34. A empresa Borges & Simões Ltda, possuindo disponibilidades em caixa, bancos e aplicações no valor de R\$ 34.800,00, ativo imobilizado de R\$ 67.900,00 e exigível total de R\$ 78.400,00, realizou as seguintes operações:

1. Aquisição de computadores e periféricos por R\$ 10.450,00, pagando 15% de entrada;
2. Venda de um veículo de uso 100% depreciado por R\$ 35.000,00, com perda de 30%.

Finalizadas as operações, devidamente escrituradas nos livros diário e razão, na emissão do balancete de verificação, o técnico em contabilidade validou com veracidade os seguintes saldos:

- a) Contas a pagar de R\$ 9.882,50
- b) Exigível total de R\$ 77.282,50
- c) Disponibilidades de R\$ 32.450,00
- d) Patrimônio líquido de R\$ 13.800,00
- e) Ativo total de R\$ 102.114,90

35. A empresa Betânia Suprimentos S/A, em seu Balanço Patrimonial referente ao ano calendário de 2024, na conta contábil de Computadores e Periféricos, ficou um saldo de R\$ 60.000,00 adquiridos em outubro de 2024. Em primeiro de abril de 2025, fez uma nova compra no valor de R\$ 50.000,00, quando foi em primeiro de outubro de 2025, mais outra compra no valor de R\$ 20.000,00.

Considerando que a vida útil dos computadores e periféricos é estimada em 5 (cinco) anos, determine o valor contábil desses bens a ser demonstrado no Balanço Patrimonial encerrado em 31/12/2025.

- a) R\$ 107.300,00
- b) R\$ 108.200,00
- c) R\$ 106.700,00
- d) R\$ 106.500,00
- e) R\$ 105.800,00

36. A Escrituração Fiscal Digital – EFD-ICMS/IPI faz parte do Sistema Público de Escrituração Digital – SPED e passou a ser utilizada para registrar, em meio digital, informações fiscais relacionadas às operações e prestações realizadas pelos contribuintes. A escrituração deve seguir as regras estabelecidas pela legislação tributária e pelas orientações técnicas próprias do sistema.

Sobre a EFD-ICMS/IPI, julgue as afirmativas a seguir como VERDADEIRA (V) ou FALSA (F).

I. Em regra, a EFD-ICMS/IPI é enviada mensalmente e deve reunir as informações correspondentes a um mês civil ou à parte dele. Essa periodicidade permanece, mesmo quando a legislação determina que a apuração do ICMS ou do IPI ocorra em intervalo menor.

II. A EFD-ICMS/IPI corresponde à escrituração fiscal realizada pelo contribuinte em formato digital. Por isso, sua elaboração deve observar as exigências previstas na legislação tributária.

III. Cada estabelecimento deve possuir sua própria EFD-ICMS/IPI. O arquivo deve reunir as informações referentes aos períodos de apuração

dos impostos que estejam sujeitos à escrituração.

IV. As informações exigidas pela EFD-ICMS/IPI devem ser prestadas pelo contribuinte sempre que forem aplicáveis à sua situação. O envio de dados incorretos ou a falta de informações pode gerar penalidades e, conforme o caso, exigir a correção ou a substituição do arquivo já transmitido.

V. O arquivo da EFD-ICMS/IPI é elaborado em formato digital, seguindo o leiaute e as especificações estabelecidos pelos órgãos competentes. Nele são registradas as informações exigidas para o período de referência, ficando dispensada a impressão dos livros fiscais abrangidos pela escrituração digital, conforme as regras aplicáveis.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência CORRETA:

- a) V - F - F - V - F
- b) F - F - F - V - F
- c) V - V - V - V - V
- d) F - V - F - F - V
- e) F - F - F - F - F

37. Denomina-se baixa patrimonial o procedimento de retirada de um bem dos registros patrimoniais da entidade, em razão de alienação, doação, perda, obsolescência ou outra causa regularmente comprovada.

Esse procedimento consiste em:

- a) Registrar a saída definitiva de um bem do patrimônio da entidade, observados a causa, a documentação e os procedimentos administrativos aplicáveis.
- b) Registrar exclusivamente a entrada de novos bens no patrimônio.
- c) Atualizar o valor de mercado de um bem sem alterar seu registro contábil.
- d) Transferir um bem de um almoxarifado para outro, sem qualquer registro ou documento.
- e) Reavaliar periodicamente o valor de todos os bens do patrimônio, independentemente de sua condição de uso.

38. Um órgão público identificou, durante a conciliação patrimonial, divergência entre o saldo contábil de bens móveis e o levantamento físico realizado pela comissão de inventário, sendo o saldo físico inferior ao contábil. Verificou-se, ainda, que alguns bens não localizados não possuíam documentação de baixa e que não era possível determinar, de imediato, se a divergência decorria de extravio, erro de registro ou movimentação patrimonial não registrada.

Considerando os procedimentos de controle patrimonial, a conduta tecnicamente mais adequada é:

- a) Ajustar imediatamente o saldo contábil ao saldo físico, independentemente da identificação da causa da divergência, para que os registros coincidam com o inventário.
- b) Manter os registros contábeis inalterados e desconsiderar a divergência, uma vez que o levantamento físico não substitui os registros patrimoniais.
- c) Promover ou subsidiar a apuração da origem da divergência, mediante o confronto dos registros patrimoniais, documentos de movimentação e informações do inventário e, após a identificação da causa e observados os procedimentos aplicáveis, promover a regularização patrimonial e contábil, sem prejuízo da adoção, pelos setores competentes, das medidas administrativas eventualmente cabíveis.
- d) Registrar automaticamente a diferença como despesa de depreciação acumulada, independentemente da causa da ausência dos bens.
- e) Efetuar a baixa dos bens não localizados exclusivamente com base na declaração verbal dos responsáveis pelo setor.

39. Um órgão público necessita prestar informações relativas a retenções tributárias incidentes sobre determinados pagamentos realizados a pessoas jurídicas. Parte das informações relacionadas aos vínculos e eventos trabalhistas já é prestada por meio do eSocial.

Considerando as finalidades das obrigações

acessórias, assinale a alternativa CORRETA:

- a) Todas as informações tributárias e previdenciárias devem ser prestadas exclusivamente por meio do eSocial.
- b) A EFD-Reinf destina-se exclusivamente ao registro da folha de pagamento dos empregados públicos.
- c) As informações relativas a determinadas retenções e outras operações fiscais não abrangidas pelos eventos trabalhistas do eSocial podem ser prestadas por meio da EFD-Reinf, conforme a legislação aplicável, contribuindo para a apuração das obrigações declaradas no sistema da DCTFWeb.
- d) A DCTFWeb substitui integralmente a necessidade de prestação de informações em outras escriturações digitais.
- e) A EFD-Reinf é uma obrigação acessória destinada exclusivamente às pessoas físicas contribuintes individuais.

40. Determinado órgão público federal contratou empresa para prestação de serviços de limpeza com cessão de mão de obra. No momento do pagamento, o setor responsável identificou que a operação pode estar sujeita, simultaneamente, a retenções de tributos federais previstas na legislação aplicável e à retenção previdenciária, quando presentes os respectivos requisitos legais.

Considerando a interação entre essas obrigações, assinale a alternativa CORRETA:

- a) As retenções tributárias federais e a retenção previdenciária possuem fundamentos e regras próprias e podem coexistir quando estiverem presentes os respectivos pressupostos legais, devendo as informações ser prestadas nas obrigações acessórias aplicáveis, de acordo com a natureza do evento e a legislação vigente.
- b) A incidência de retenções de IR, CSLL, PIS e Cofins substitui automaticamente qualquer retenção previdenciária incidente sobre contratos com cessão de mão de obra.
- c) Em cada pagamento, somente uma espécie de retenção pode ser aplicada, cabendo à empresa contratada escolher qual retenção deverá sofrer.

d) A retenção previdenciária relacionada à cessão de mão de obra somente pode ser aplicada quando a contratante for órgão da Administração Pública estadual ou municipal.

e) A contratação de empresa pela Administração Pública afasta, por si só, qualquer obrigação de retenção tributária ou previdenciária.

41. Durante a execução de um contrato de obras, o fiscal identifica atraso significativo no cronograma físico-financeiro. A contratada apresenta justificativa considerada insuficiente e solicita prorrogação do prazo contratual. O fiscal também verifica que o atraso poderá comprometer a entrega do objeto no período originalmente pactuado.

Considerando a Lei nº 14.133/2021 e os princípios de gestão e fiscalização contratual, a conduta mais adequada é:

a) Conceder imediatamente a prorrogação solicitada pela contratada, pois o fiscal possui competência para alterar o prazo do contrato, e, em seguida, registrar o atraso e suas possíveis consequências, e adotar, no âmbito de suas atribuições, as providências necessárias ao acompanhamento e à regulação de instrução da ocorrência.

b) Aguardar o término do contrato para relatar o atraso em relatório final, evitando interferências durante a execução.

c) Formalizar a ocorrência, registrar o atraso e suas possíveis consequências e rescindir o contrato por decisão exclusiva do fiscal, sem necessidade de procedimento administrativo ou manifestação da autoridade competente.

d) Formalizar a ocorrência; registrar o atraso e suas possíveis consequências; adotar, no âmbito de suas atribuições, as providências necessárias ao acompanhamento e à regulação de instrução da ocorrência; acompanhar a continuidade da execução e subsidiar a autoridade competente quanto à adoção das providências cabíveis, inclusive quanto à eventual aplicação de sanções ou análise de pedido de alteração contratual.

e) Ignorar o atraso, desde que o valor global do contrato permaneça dentro do limite originalmente previsto.

42. Em determinado setor de uma organização pública, um único servidor é responsável por autorizar a aquisição de materiais; receber os bens; registrar sua entrada no sistema de estoque e realizar a conferência posterior dos registros.

Considerando os mecanismos de controle interno, essa situação representa principalmente:

a) Uma concentração excessiva de funções incompatível com a adequada segregação de funções no sistema de controle interno, aumentando os riscos de erros e fraudes.

b) Um procedimento obrigatório, pois a centralização das etapas reduz os riscos de inconsistências.

c) Uma forma de substituir integralmente os mecanismos de auditoria interna e externa.

d) Um procedimento aplicável exclusivamente aos setores responsáveis pela gestão de pessoas.

e) Uma prática que dispensa a realização de conciliações e inventários físicos.

43. Um técnico em contabilidade, ao realizar a conciliação bancária mensal, identifica um valor debitado na conta corrente do órgão sem correspondência em qualquer registro contábil ou documento de despesa conhecido. Ao consultar preliminarmente o setor responsável, verifica que não há autorização identificada para o pagamento, embora o banco informe que a operação foi efetivamente processada. Considerando os procedimentos de controle interno, a regularização de inconsistências e o apoio à prestação de contas, a conduta tecnicamente mais adequada é:

a) Ajustar imediatamente o saldo contábil para que corresponda ao extrato bancário, a fim de evitar atraso no fechamento mensal.

b) Documentar formalmente a divergência, preservar os elementos comprobatórios, comunicar o fato aos responsáveis e aos setores competentes e subsidiar a apuração da origem do débito. Eventuais registros ou ajustes contábeis deverão observar os elementos disponíveis, a natureza da ocorrência e os procedimentos técnicos e administrativos aplicáveis.

c) Documentar informalmente a divergência,

preservar os elementos comprobatórios, comunicar o fato aos responsáveis e aos setores competentes e subsidiar a apuração da origem do débito. Eventuais registros ou ajustes contábeis deverão observar os elementos disponíveis, a natureza da ocorrência e os procedimentos técnicos e administrativos aplicáveis.

d) Registrar automaticamente o valor como ajuste de exercícios anteriores, independentemente de sua natureza ou da origem da divergência.

e) Solicitar ao banco o estorno do valor, dispensando registros internos ou comunicação aos responsáveis pelo controle, desde que o estorno seja efetivado, evitando ensejar qualquer tipo de apuração, em virtude das consequências possível pela proteção oferecida pela Lei Geral de Proteção de Dados.

44. Um técnico em contabilidade, atuando em órgão público, é pressionado por superior hierárquico a registrar uma despesa em rubrica orçamentária diversa daquela efetivamente correspondente à natureza do gasto, sob a justificativa de “necessidade administrativa urgente”. O superior informa ainda que a determinação decorre de decisão administrativa e que o servidor deve apenas cumprir a ordem recebida.

Considerando os deveres éticos e a responsabilidade técnica do profissional da contabilidade, a conduta mais adequada é:

a) Atender à determinação, uma vez que há obediência hierárquica, inclusive em matéria técnica de responsabilidade profissional.

b) Efetuar o registro solicitado e comunicar verbalmente sua discordância ao superior, sem necessidade de formalização.

c) Não realizar o registro de forma sabidamente incompatível com a natureza do gasto e com os procedimentos técnicos aplicáveis; orientar formalmente quanto à classificação adequada e, persistindo a divergência, registrar sua manifestação somente ao superior hierárquico, observando suas atribuições e responsabilidades profissionais.

d) Realizar o registro de forma sabidamente

incompatível com a natureza do gasto e com os procedimentos técnicos aplicáveis; orientar formalmente quanto à classificação adequada e, persistindo a divergência, registrar sua manifestação pelos canais institucionais competentes, observando suas atribuições e responsabilidades profissionais.

e) Não realizar o registro de forma sabidamente incompatível com a natureza do gasto e com os procedimentos técnicos aplicáveis; orientar formalmente quanto à classificação adequada e, persistindo a divergência, registrar sua manifestação pelos canais institucionais competentes, observando suas atribuições e responsabilidades profissionais.

45. Durante a conferência dos bens de uma instituição federal de ensino, foi identificado um equipamento que permanece registrado no ativo imobilizado, embora tenha sido definitivamente retirado de uso e não haja expectativa de benefícios econômicos futuros ou potencial de serviços decorrentes de sua utilização ou alienação.

Considerando os procedimentos contábeis patrimoniais previstos no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), assinale a alternativa CORRETA.

a) Baixar o valor contábil do equipamento, procedendo ao seu desreconhecimento do ativo imobilizado.

b) Conservar o equipamento no ativo imobilizado enquanto ele permanecer fisicamente nas dependências da instituição.

c) Manter o equipamento registrado no ativo imobilizado até que seu valor contábil seja integralmente depreciado.

d) Reclassificar o equipamento como estoque em razão da interrupção definitiva de sua utilização.

e) Suspender a depreciação do equipamento, mantendo seu valor contábil registrado no ativo imobilizado até eventual substituição por outro bem.

46. Uma instituição federal de ensino adquiriu um equipamento para utilização em suas atividades administrativas. Após o recebimento, o bem permaneceu armazenado durante

determinado período, aguardando instalação. Concluída a instalação, o equipamento passou a estar disponível para uso, no local e em condições de funcionamento na forma pretendida pela administração, embora sua utilização efetiva tenha ocorrido somente alguns dias depois.

Considerando os procedimentos relativos à depreciação de bens do ativo imobilizado previstos no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), assinale a alternativa CORRETA.

- a) A depreciação deve ser apurada a partir da aquisição do equipamento, independentemente de ele estar disponível para uso.
- b) A depreciação deve ser apurada a partir do momento em que o equipamento se tornar disponível para uso, não dependendo do início de sua utilização efetiva.
- c) A depreciação deve ser apurada somente a partir da primeira utilização efetiva do equipamento nas atividades da instituição.
- d) A depreciação deve ser apurada somente no exercício seguinte àquele em que o equipamento se tornar disponível para uso.
- e) A depreciação deve ser apurada somente quando ocorrer o pagamento integral do equipamento e tiver início sua utilização efetiva.

47. Uma unidade gráfica de uma instituição pública produz materiais institucionais para diferentes setores. No levantamento dos custos da unidade, foram identificados os seguintes itens:

I. Papel consumido na impressão dos materiais, mensurado separadamente para cada trabalho realizado, cuja quantidade consumida varia proporcionalmente ao volume de materiais impressos.

II. Aluguel mensal do espaço ocupado pela unidade gráfica, contratado por valor mensal predeterminado.

III. Energia elétrica consumida pelas máquinas de impressão, não mensurada separadamente para cada trabalho, cujo consumo varia de acordo com as horas de funcionamento dos equipamentos.

IV. Remuneração mensal do supervisor responsável pelo acompanhamento geral das atividades da unidade gráfica.

Associe os itens apresentados às respectivas classificações, considerando a apropriação aos produtos e o comportamento em relação ao volume de produção.

(1) Custo direto e fixo.

(2) Custo direto e variável.

(3) Custo indireto e fixo.

(4) Custo indireto e variável.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência CORRETA de associação dos itens I, II, III e IV, respectivamente.

- a) 1 - 3 - 4 - 2
- b) 2 - 3 - 1 - 4
- c) 2 - 3 - 4 - 3
- d) 3 - 2 - 4 - 1
- e) 4 - 1 - 2 - 3

48. Durante a conferência de pagamentos a pessoas jurídicas em uma instituição federal de ensino, foram identificadas diferentes situações relacionadas às retenções tributárias.

Considerando a Instrução Normativa RFB nº 1.234/2012 e suas alterações, julgue as afirmativas a seguir como VERDADEIRAS (V) ou FALSAS (F).

() Em pagamento antecipado por conta de fornecimento de bens a serem entregues posteriormente, a retenção dos tributos abrangidos pela norma deve ser efetuada.

() Quando o fornecimento estiver amparado por isenção, não incidência ou alíquota zero de apenas um dos tributos abrangidos pela norma, essa condição afasta também a retenção dos demais tributos incidentes sobre o pagamento.

() Se parte do valor constante da nota fiscal for glosada e não houver emissão de nova nota fiscal, a retenção deve incidir sobre o valor original do documento fiscal.

() Se o pagamento for acrescido de juros e multa em razão de atraso, a retenção deve considerar o valor da nota fiscal acrescido desses valores.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência CORRETA, de cima para baixo.

- a) F - F - V - V
- b) F - V - F - V
- c) V - F - F - V
- d) V - F - V - V
- e) V - V - V - F

49. Durante a conferência das obrigações tributárias de uma entidade pública, o setor responsável constatou que, para determinado período de apuração, foram transmitidas informações pelo eSocial e pela EFD-Reinf. Após o envio e o processamento com sucesso dos respectivos eventos de fechamento, verificou-se a necessidade de consolidar os débitos apurados para fins de declaração e posterior recolhimento.

Considerando a integração entre o eSocial, a EFD-Reinf e a DCTFWeb, assinale a alternativa CORRETA:

- a) A DCTFWeb deve receber, por lançamento manual, os débitos previamente apurados no eSocial e na EFD-Reinf, pois não há integração automática entre as escriturações.
- b) A DCTFWeb deve ser gerada separadamente para cada escrituração, resultando em uma declaração relativa ao eSocial e outra relativa à EFD-Reinf para o mesmo período de apuração.
- c) A DCTFWeb é formada automaticamente a partir das apurações recebidas do eSocial e da EFD-Reinf após o processamento dos respectivos fechamentos, consolidando-as em uma única declaração, quando se referirem ao mesmo período.
- d) A EFD-Reinf deve incorporar previamente os débitos apurados no eSocial para, somente

depois, transferir a apuração consolidada à DCTFWeb.

e) O eSocial deve receber os débitos apurados na EFD-Reinf e transmiti-los conjuntamente à DCTFWeb, uma vez que constitui a escrituração centralizadora das obrigações tributárias.

50. Ao acompanhar a execução de contrato de prestação de serviços em uma instituição federal de ensino, o fiscal designado identificou ocorrências relacionadas ao cumprimento das obrigações contratuais.

Considerando as providências previstas na Lei nº 14.133/2021, analise as proposições a seguir.

I. As ocorrências relacionadas à execução do contrato devem ser anotadas pelo fiscal em registro próprio, cabendo-lhe determinar o que for necessário à regularização das faltas ou dos defeitos observados.

II. A situação que exigir decisão ou providência que ultrapasse a competência do fiscal deve ser comunicada aos seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas cabíveis.

III. A contratação de terceiro para assistir e subsidiar o fiscal transfere ao contratado a atribuição própria e exclusiva de fiscalização, eximindo o fiscal de responsabilidade pelas informações recebidas.

IV. O objeto contratual poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com o contrato, sem prejuízo da obrigação do contratado de corrigir as incorreções decorrentes da execução.

Está CORRETO o que se afirma em:

- a) I e III, apenas.
- b) I, II e III, apenas.
- c) I, II e IV, apenas.
- d) II e IV, apenas.
- e) III e IV, apenas.